

DENSIDADES POPULACIONAIS E TERRITÓRIOS EM MUTAÇÃO

Teresa Sá Marques

FLUP/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
teresasamarques@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8943-6879>

Fátima Matos

FLUP/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
fmatos@letras.up.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0156-863X>

Catarina Maia

FLUP/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
catarina.maia2@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4085-3748>

Diogo Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
mrcotgeo@gmail.com

Resumo: Fernanda Cravidão enalteceu a geografia da população publicando e demonstrando a importância desta temática nos processos de desenvolvimento e ordenamento do território. No atual momento, as densidades populacionais estão no centro de algumas políticas públicas e estão fortemente relacionadas com alguns desastres sociais e ambientais que aconteceram recentemente. Nesse sentido, consideramos que as densidades populacionais deviam ser a temática escolhida para esta publicação. Ao retratar as densidades territoriais

e as suas dinâmicas entre 1864 e 2011 estamos a contribuir para contrariar um discurso social e político centrado na alta e na baixa densidade. Vai-se procurar demonstrar que este é um discurso dualista e simplista, face às transformações estruturais que ocorreram e aos processos sociais, económicos e políticos que devem ser implementados aos diferentes níveis e escalas territoriais. Desta forma, homenageamos a Prof. Doutora Fernanda Cravidão e tentamos demonstrar a pertinência de avançar, em Portugal, para políticas públicas de base territorial.

Palavras-chave: Densidades populacionais; Transição Demográfica; Norte-Sul; Litoral-Interior; Políticas de base territorial.

Abstract: Fernanda Cravidão highlighted the population geography by publishing and demonstrating the relevance of this topic in territorial development and planning processes. Population densities are, today, at the heart of some public policies and are strongly related to some recent social and environmental disasters. In this regard, we feel that population densities should be the focus of this publication. By portraying territorial densities and dynamics thereof between 1864 and 2011, we are helping to counteract a social and political discourse focused on high and low density. We will seek to demonstrate that this is a dualist and simplistic rhetoric, given the structural changes that have occurred and the social, economic and political processes that should be implemented at various territorial levels and scales. Thus, we pay tribute to Professor Fernanda Cravidão and seek to demonstrate why it is important for Portugal to adopt territorial-based public policies.

Keywords: Population Densities; Demographic Transition; North-South; Coast-inland; Territorial-based Policies.

1. Introdução¹

O conhecimento da população portuguesa antes de 1864 (data do primeiro recenseamento da população nacional), fundamenta-se numa série de documen-

¹ Esta publicação enquadra-se num projeto de investigação em curso, “Territorialidades em Portugal: identificação de mudanças estruturais e de sistemas de produção territoriais”, coordenado por Teresa Sá Marques, CEGOT-FLUP. Esta publicação apresenta uma pequena parte de uma abordagem mais abrangente.

tos não sistemáticos, orientados sobretudo por preocupações políticas, fiscais e económicas, e sem cumprirem procedimentos rigorosos de análise quantitativa ou estatística (Sousa, 1995). A necessidade de caracterizar com rigor a população portuguesa levou as autoridades governamentais a iniciar o seu recenseamento periódico, na sequência do 1º Congresso Internacional de Estatística de 1853 e de um vasto conjunto legislativo aprovado desde 1863. Assim, são criadas as condições administrativas indispensáveis à concretização do recenseamento de 1864, seguindo a prática de outros países europeus (Rodrigues, 2008).

Com o recenseamento de 2011, contabilizam-se quinze recenseamentos e um século e meio de registos. Nos últimos anos, as problemáticas associadas à densidade e às dinâmicas populacionais mobilizaram a sociedade portuguesa e ganharam visibilidade e força política, primeiro em torno da “baixa densidade” e recentemente com o programa da “valorização do interior”. A denominada por alguns de “crise demográfica” tem sido objeto de várias publicações científicas e debates nos media, refletindo de certa forma os impactos de um processo emigratório ocorrido em Portugal sobretudo nos anos 50, 60 e 70 do século passado e com fortes reflexos em alguns territórios do país. Na verdade, Portugal desde os anos 50 do século XX tem registado uma dinâmica sociodemográfica geradora de profundas mudanças, que “levaram o país a passar de um território considerado como uma das reservas demográficas europeias”, para uma realidade sociodemográfica com problemáticas muito semelhantes às dos países desenvolvidos (Cravidão, 1995). Assim, as diminuições da fecundidade e natalidade, a emigração, o despovoamento, o envelhecimento da população e a não renovação das gerações são questões que têm vindo a aprofundar-se ao longo das últimas décadas.

Para este livro de homenagem à Prof. Doutora Fernanda Cravidão, que tem várias publicações sobre a população portuguesa, vai-se analisar como evoluiu, ao longo do tempo, a população portuguesa, a partir da análise da informação dos recenseamentos da população entre 1864 e 2011. Analisa-se as densidades populacionais e as variações da população residente, à escala da freguesia, procurando explicitar as dinâmicas e os desequilíbrios na distribuição espacial da população. O objetivo é contribuir para uma melhor perceção das dinâmicas

territoriais, dimensionando a concentração populacional e o despovoamento, identificando os períodos temporais e as unidades espaciais associados e descrevendo os fatores que podem justificar as trajetórias percorridas.

As dinâmicas demográficas exprimem processos de natureza muito distinta. Com efeito, as transformações económicas e sociais, as condições sanitárias e de saúde, as acessibilidades ou outras questões de natureza política, induzem transformações no modo como as populações evoluem demograficamente. Da mesma forma, o ritmo de crescimento e distribuição geográfica da população e das estruturas demográficas influenciam, significativamente, a evolução das dimensões associadas a estes processos.

2. A transição demográfica em Portugal

O período em análise (1864 a 2011) é marcado por mudanças significativas ao nível do comportamento das variáveis demográficas, associadas à transição demográfica e a outros fatores exógenos. As abordagens teóricas que procuram explicar de uma forma dinâmica o processo evolutivo da demografia europeia, nos últimos dois séculos, remontam à primeira metade do século XX. Notestein (1945) estruturou a designada *Teoria da Transição Demográfica*, demonstrando a existência de alterações claras e progressivamente consolidadas nos ritmos de natalidade e mortalidade europeias, impulsionados pelas modificações das condições económicas e sociais consequentes ao processo de modernização. A *Transição Demográfica* representa a passagem para uma demografia de baixa mortalidade e posteriormente de baixa natalidade (Notestein, 1945; Kirk, 1996).

Atualmente, com taxas de mortalidade à nascença muito baixas e com natalidades também baixas, surgem crescimentos demográficos naturais muito fracos ou mesmo negativos. Seguindo Lutz & Skirbekk (2008), o crescimento da população à escala global tem tendência a diminuir, sendo provável que a população nos países mais desenvolvidos estacione, diminuindo na Europa. Lesthaeghe e Van de Kaa (1986) afirmam que as tendências emergentes sugerem uma *segunda transição demográfica*, que se caracteriza por fecundidades abaixo

do nível de reposição e consequentemente populações envelhecidas e em perda efetiva de população (Van de Kaa, 1987, 1994, 2002; Lesthaeghe, 2010, 2014), caso não existam saldos migratórios positivos.

A dinâmica populacional portuguesa apresenta uma evolução idêntica à da maioria dos estados europeus, embora com ligeiras especificidades. Na verdade, ao compararmos as mudanças de comportamento das populações no seu processo de transição para a modernidade, verifica-se que Portugal apresenta um ligeiro atraso cronológico relativamente aos países europeus (Rodrigues, 2010). Até finais do século XVIII vigorou em Portugal o modelo típico de sociedades anteriores à primeira fase de transição demográfica, caracterizado por elevados níveis de mortalidade e fecundidade e por movimentos migratórios que pouco influenciaram o ritmo de crescimento global, que era tendencialmente lento e com fases em que o saldo era negativo. A transição demográfica em Portugal inicia-se no final do século XIX (Ferrão, 2005) e foi ao longo dos últimos trinta anos do século XX que Portugal deu por terminada a sua transição demográfica, efetuada num tempo muito curto, quando comparado com a duração quase secular com que este processo decorreu noutras partes da Europa.

João Ferrão (2005) delimita três fases no processo de transição demográfica em Portugal ao longo do século XX, traduzindo a passagem de uma sociedade rural, pré-moderna, para uma sociedade mais aberta, influenciada por valores, atitudes e comportamentos europeus e cada vez mais urbanizada:

- De finais do século XIX a finais dos anos 50, a 1ª fase (pré-moderna), onde prevalecem taxas de natalidade e mortalidade muito elevadas, verificando-se, em termos geográficos, uma oposição norte-sul que caracteriza um país tradicional e rural, com o crescimento da população a depender da queda da mortalidade e do impacto da emigração.
- De inícios dos anos 60 a princípios dos anos 90, a 2ª fase (denominada moderna), relativa ao período de modernização do país em termos económicos e sociais, registando-se uma taxa de fecundidade ainda elevada, embora em queda, e contrastes espaciais a evidenciar uma oposição litoral-interior.

- De meados dos anos 90 ao início do século XXI, a 3ª fase (pós-moderna), com taxas de crescimento estáveis e muito baixas, em que o crescimento passa a depender dos fluxos migratórios, havendo um distanciamento nítido entre as regiões urbanas e os espaços não integrados nas dinâmicas urbanas, em perda de população e densidade. Uma população a envelhecer, com menos crianças e jovens, mas com mais idosos, num ciclo de vida progressivamente alongado. Tal como noutros países europeus, a fecundidade baixou de tal forma que o índice sintético de fecundidade atingiu um valor muito abaixo do necessário para a renovação das gerações.

Seguindo Lesthaeghe e Van de Kaa (1986), a 3ª fase identificada por Ferrão (2005) poderá ser já uma *segunda transição demográfica*, pois as fecundidades estão abaixo do nível de reposição, refletindo-se no envelhecimento da população e em perdas efetivas de população residente.

3. A evolução da população portuguesa, as diferentes fases da transição

A *primeira transição demográfica* vai decorrer de finais do século XIX até finais do século XX. Neste período vai registar-se uma intensa diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade. A *segunda transição demográfica* inicia-se em finais do século XX e está a decorrer. Estas dinâmicas induziram diferentes alterações às estruturas espaciais, pois genericamente os contrastes territoriais intensificaram-se, algumas espacialidades perpetuaram-se e outras acabaram por revelar-se.

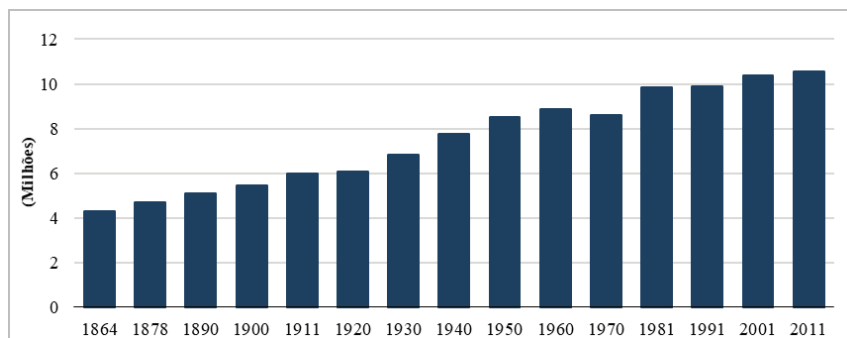
Em 1864, os portugueses eram cerca de 4 milhões e, em 2011, passaram para mais de 10 milhões, exibindo um ritmo de crescimento que não foi uniforme ao longo do tempo e do espaço (Figuras 1, 2 e 3).

3.1. A primeira transição demográfica, de finais do século XIX até meados dos anos 90

Entre 1864 e 1950, a população portuguesa cresceu, mas de forma moderada (Figura 1), embora geograficamente desigual, iniciando-se a *primeira transição*

demográfica. Este crescimento deve-se ao crescimento natural, aos modelos de fecundidade e mortalidade, bem como aos movimentos migratórios e, mais tarde, a outros fatores associados à modernização do país, dinamizados pela industrialização, a infraestruturação e o crescimento urbano.

Figura 1 – População residente, em Portugal, entre 1864 e 2011.



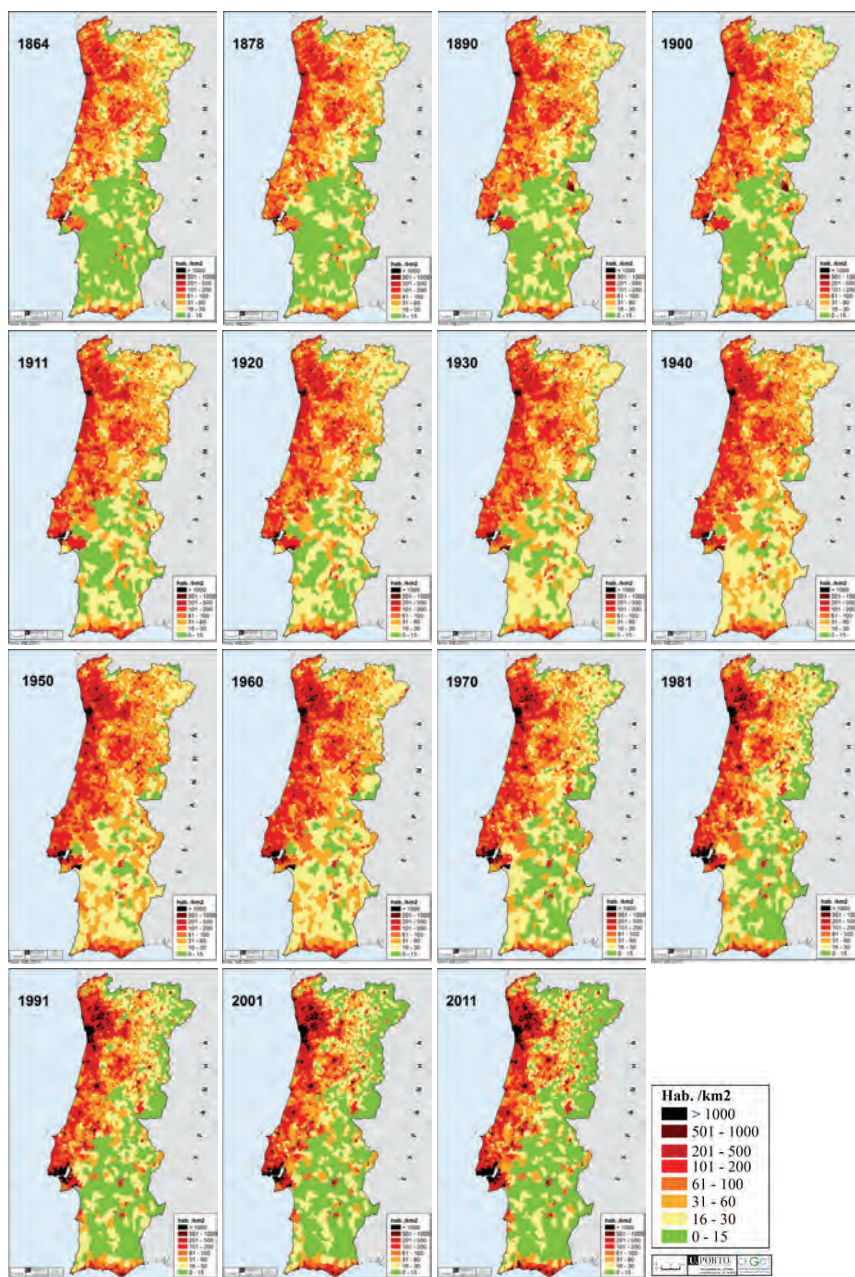
Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: INE, Censos da População.

A dinâmica populacional foi moderada, pois os excedentes dos crescimentos naturais foram absorvidos prioritariamente pela emigração (Bandeira, 1996). A estagnação económica e a ausência de uma revolução industrial tiveram grandes repercussões sociais, fazendo com que uma percentagem muito elevada de população procurasse oportunidades de emprego e de vida fora do país.

3.1.1. Fase 1 – de finais do século XIX até meados do século XX

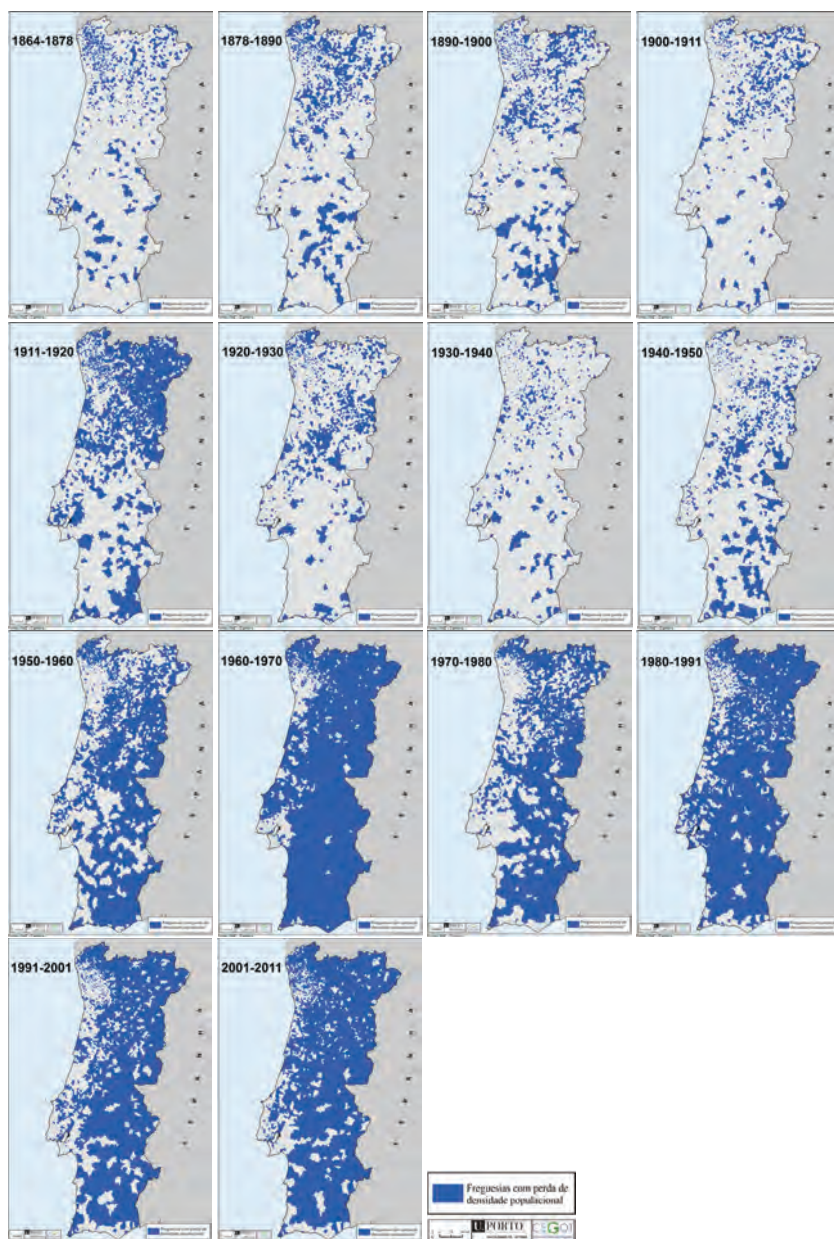
Durante o século XIX e os inícios do século XX, o crescimento natural ganha expressão, pois as taxas de natalidade mantiveram-se altas e as taxas de mortalidade diminuíram significativamente. Em 1862, a taxa de natalidade era 34% e a mortalidade 24%, mas em 1950 a natalidade está nos 24% e a mortalidade nos 12%. Estamos perante um país predominantemente rural, cujo crescimento populacional depende da quebra da mortalidade (Figura 4.1).

Figura 2 – Densidade populacional, por freguesia, entre 1864 e 2011.



Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: INE, Censos da População.

Figura 3 – Freguesias que registaram perda de densidade populacional, entre 1864 e 2011.



Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: INE, Censos da População.

Neste período os saldos naturais positivos compensam os saldos migratórios negativos associados aos ciclos emigratórios (Figuras 4.3 e 5). O ritmo de crescimento populacional (Figura 1) é apenas interrompido ou perturbado pelos impactos da 1ª Guerra Mundial e da gripe pneumónica (saldos negativos, 1918-20), pelas restrições impostas à emigração pelos Estados Unidos (nos anos 20) e Brasil (nos anos 30), pela crise económica de 1929-1931 e pela 2ª Guerra Mundial (Ferrão, 2005; Rodrigues, 2010; Pires, 2010).

Em termos de distribuição de população e densidades populacionais (Figura 2), entre 1864 e 1911 existe uma divisão territorial (correspondente ao curso do rio Tejo) que separa um Portugal a norte mais densamente povoado de um Portugal a sul menos povoado – o denominado “Portugal Atlântico” e o “Portugal Mediterrâneo” (Ribeiro, 1986; Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989).

Mas esta clivagem incorpora heterogeneidades internas. A norte do Tejo, surge um arco formado pelas serras que circundam a Meseta Ibérica, separando: os territórios a ocidente, mais densamente povoados das áreas planas e húmidas onde proliferavam as atividades agrícolas; os territórios a oriente, menos povoados das áreas montanhosas e dos planaltos, com solos mais pobres (Arroteia, 1985; Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989). A sul do Tejo, na região do Algarve, as freguesias junto ao mar apresentam também densidades mais elevadas. Além disso, destacam-se os centros urbanos, de Lisboa, Porto, Aveiro, Braga, Guimarães, Viana do Castelo e Vila Real, com densidades mais elevadas.

Entre 1911 e 1950 (Figura 2), as densidades estendem-se e a clivagem Norte-Sul em matéria de densidades populacionais ainda que perdure, dilui-se um pouco.

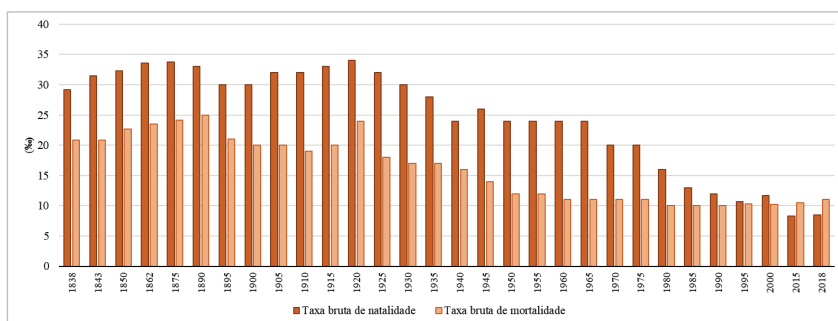
No Norte, as áreas mais povoadas alargam-se, atingindo altitudes mais elevadas e progredindo ao longo dos vales. As freguesias com maiores densidades populacionais sobressaem à volta da mancha urbana do Porto e em torno das áreas suburbanas envolventes, emergindo em Viana do Castelo, Braga, Guimarães e Póvoa de Varzim (Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989), e ainda Vila Real e Lamego, Chaves, entre outras.

Na região Centro, também assistimos ao alargamento das densidades mais elevadas, mais para o interior, resultante da chegada de novos habitantes,

atraídos para o cultivo das terras não ocupadas (caso das Gafanhas e dos foros da Estremadura) e do desenvolvimento das vias férreas e rodoviárias. Neste período, destacam-se as densidades mais elevadas junto à ria de Aveiro, no vale do Mondego e pelo planalto da Beira Alta e Baixa (Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989).

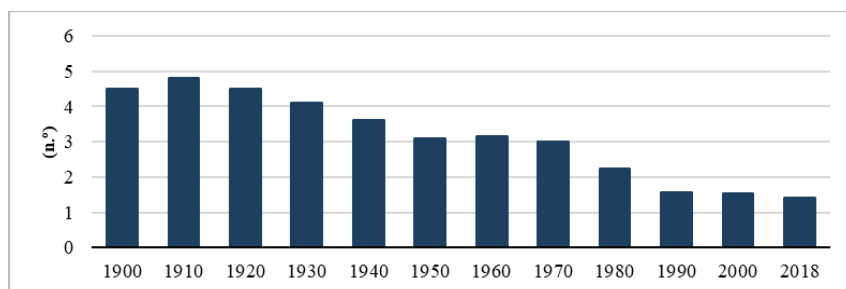
FIGURA 4 – Evolução do crescimento natural e migratório.

Figura 4.1 – Taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade, em Portugal, entre 1838 e 2018.



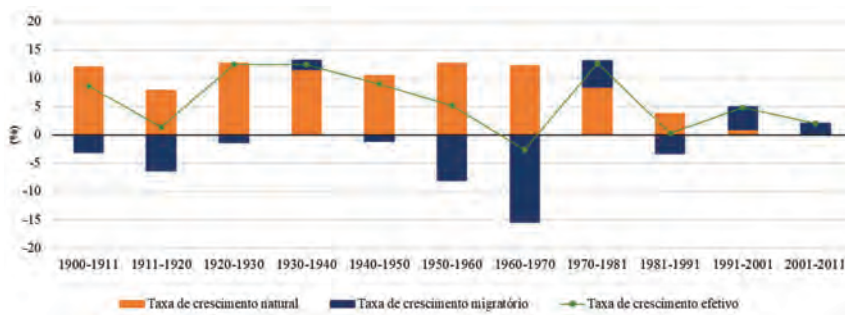
Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: Valério (coord.) (2001) – Estatísticas Históricas Portuguesas (vol. I); INE, Estatísticas de Nados-Vivos; INE, Estatísticas de Óbitos; PORDATA.

Figura 4.2 – Índice sintético de fecundidade, em Portugal, entre 1900 e 2018.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: Rodrigues, et al (2009) – História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade; INE, Indicadores Demográficos; PORDATA.

Figura 4.3 – Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo, em Portugal, entre 1900 e 2011.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fontes dos dados: INE, Censos da População; INE (2006) – Revista de Estudos Demográficos, nº 38; Bandeira (coord.) (2014) – Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas; Moreira & Rodrigues (2008) – As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo.

Sobretudo no Alentejo, verifica-se um aumento das densidades devido à conquista de novas terras para a agricultura associada às campanhas do trigo (1929-1938), o que possibilitou um aumento da população, proveniente de outros pontos do território, do norte, das Beiras, da Serra Algarvia, mas sobretudo, como refere Mariano Feio (1949) de outras freguesias do Alentejo – “de áreas arroteadas primeiro” (Feio, 1949, citado em Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989, p.760).

No vale do Tejo e a norte de Lisboa encontramos densidades elevadas, fruto da influência de Lisboa, que penetra ao longo das vias de comunicação, expandindo-se para um número crescente de freguesias que se tornam subúrbios da capital, concentrando população proveniente de outras regiões, quer do norte quer do sul do país. A atratividade também é sentida a sul do Tejo, na península de Setúbal. Na década de 40 as taxas de crescimento migratório são superiores nos distritos de Lisboa e de Setúbal, e do Porto.

Já nesta altura havia alguma diferença de densidades entre o interior e o litoral do Norte e Centro. No Norte, as freguesias com menores densidades situam-se no interior montanhoso, próximo da fronteira, na área de confluência do Tua

com o Douro e em diversas freguesias do centro e norte de Trás-os-Montes, áreas pobres, com condições adversas em termos de clima e pobreza dos solos, o que implicou a emigração quer para as cidades, quer para o exterior. Na região Centro é nas terras altas e nos vales profundos do interior que se encontram as menores densidades (30-100 hab./km²).

3.1.2. Fase 2 – de meados do século XX até meados dos anos 90

Durante as décadas de 50 e 60, inicia-se uma nova fase do processo de mudança demográfica, com a natalidade a declinar, primeiro lentamente, mas após 1974, a um ritmo significativo até 1990, para depois também estabilizar.

Aos saldos naturais negativos vão associar-se a saldos migratórios também negativos, com uma forte emigração com destino maioritariamente europeu, provocando o decréscimo da população residente na década de sessenta (Figuras 1 e 4.3).

Nos anos 70, o país cresce demograficamente, com a revolução de abril. As entradas no país refletem o retorno dos residentes nas ex-colónias, com grandes impactos por quase todo o país. Vive-se um período de crescimento populacional, evidenciado no censo de 1981 (taxa de crescimento migratório de cerca de 5%). A partir desta data, o saldo natural continua a decrescer, fruto do declínio da fecundidade, iniciando-se uma fase de crescimento muito lento suportado pela imigração. O maior afluxo de imigrantes na década de noventa reflete-se no aumento da população residente. Este fluxo conflui com um maior dinamismo da economia portuguesa, coincidente com investimentos garantidos pelos fundos estruturais da União Europeia. O processo de industrialização e urbanização do país implicou grandes necessidades de mão de obra (Malheiros, 2005; Pires, 2010).

Na Europa, o ciclo de difusão de norte para sul do crescimento urbano está associado aos diferentes ritmos de transição de uma economia assente no setor agrícola para uma economia industrial e posteriormente terciária. Nos países do sul da Europa, o êxodo rural foi mais tardio e, conseqüentemente, o

crescimento urbano atrasou-se relativamente aos países do centro e do norte da Europa (Marques, 2004).

Portugal foi um país rural até muito tarde (em 1950, setor primário 49,1%; secundário 27,8%; terciário 23,1%), teve um processo de industrialização tardio (anos 50-80) e terciarizou-se também tardiamente (pós anos 80). A construção europeia, que ocorreu a partir de meados dos anos 80, pôs em ação outros processos. O reforço da competição internacional e a integração crescente dos mercados financeiros e dos serviços aumentaram a procura por localizações metropolitanas, tanto por parte de grandes empresas nacionais como multinacionais, e desta forma implicaram novas formas de organização socioeconómica e territoriais. Estes processos dinamizaram os processos de urbanização e implicaram alterações profundas nas atividades, nos níveis de instrução das populações, na forma de organização das famílias e nos estilos e modos de vida.

Em termos económicos e sociais, o país modernizou-se, mas também segmentou-se espacialmente. Enquanto o litoral se industrializou e urbanizou, o interior estagnou, mantendo um perfil de desenvolvimento muito tradicional, ligado sobretudo às atividades agrícolas e florestais. Então, os contrastes territoriais aprofundaram-se e os desequilíbrios evidenciaram-se (Figuras 2 e 3). Este processo de povoamento não é um fenómeno “espacialmente contínuo, correspondendo em termos gerais a dois segmentos, um ocidental, que se estende de Caminha a Setúbal, outro meridional, que vai de Lagos a Vila Real de S. António” (Gaspar, 1987, p. 111). Se é verdade esta tendência geral, também se constata que os processos de industrialização construíram um modelo territorial que incorporou uma variedade de dinâmicas e ativos locais.

Quase no final do século XX (Figura 2), uma pequena parte do território nacional estava em franca expansão urbana, destacando-se os dois arcos metropolitanos, embora os núcleos mais centrais de Lisboa e Porto estivessem em clara diminuição. Sobressai também um vasto território entre Viana do Castelo e Aveiro e Coimbra, bem como a região de Leiria e a faixa litoral do Algarve com claro crescimento populacional. Evidenciavam-se ainda as cidades médias (nomeadamente Vila Real, Chaves, Bragança, Viseu, Guarda, Covilhã, Évora,

entre outras) e alguns aglomerados urbanos de menor dimensão. O sistema urbano, num contexto com grandes transformações territoriais, constitui um recurso que resiste e tem ganhado força estratégica em matéria de desenvolvimento territorial.

3.2. A segunda transição demográfica, de meados dos anos 90 até à atualidade

A estrutura demográfica portuguesa evoluiu muito rapidamente nos últimos trinta anos. A esperança de vida à nascença aumentou, a taxa de crescimento natural diminuiu, a população envelheceu e os indicadores demográficos aproximaram-se rapidamente dos níveis europeus. Registou-se um recuo dos padrões tradicionais de nupcialidade, fecundidade e organização familiar, com importantes reflexos na estrutura social da população residente. Em termos de migrações, de país emissor nos anos sessenta, Portugal passou a ser sobretudo recetor. Estes fluxos tiveram e estão a ter fortes reflexos na estrutura social portuguesa, ao nível da estrutura etária, dos níveis de instrução e dos modos de vida.

Figura 5 – Saldo natural e saldo migratório, em Portugal, entre 1960 e 2018.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Estimativas Anuais da População Residente; Estatísticas de Nados-Vivos e Estatísticas de Óbitos (1960-2018); PORDATA

A estabilização demográfica ocorrida nas últimas décadas explica-se pela rapidez com que o país se aproximou dos comportamentos europeus face à

mortalidade e à fecundidade (Rodrigues, 2008, 2010). O crescimento da população portuguesa tem tendência a diminuir. Se seguirmos Lesthaeghe e Van de Kaa (1986), Portugal estará agora perante uma *segunda transição demográfica*, que se caracteriza por fecundidades abaixo do nível de reposição, populações envelhecidas e em perda efetiva de população.

Nos finais do século XX e início do XXI, verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico (5% de aumento na década de 90 e 2% entre 2001 e 2011). Este abrandamento explica-se pelo envelhecimento da população, tornando-se mais evidente nas áreas despovoadas, com fraca fecundidade e perdas populacionais devido à emigração e/ou às migrações internas. A fecundidade (Figura 4.2) atinge níveis abaixo da renovação das gerações e a população portuguesa envelheceu, porque nascem cada vez menos e morre-se cada vez mais tarde. Assim, Portugal passa a ter uma população que quase não cresce e cujo crescimento está dependente das migrações (Figura 6).

A regressão populacional dos últimos anos (Figura 6.1), mostra um país que gradualmente se retrai, por força do saldo natural e do saldo migratório. Na primeira década do século XXI, alargaram-se os territórios em perda populacional por quase todo o país. Apenas a região de Lisboa e o Algarve, alguns concelhos do Noroeste e da Madeira e os concelhos de Vila Real, Viseu e Leiria, mostram maior dinamismo entre os momentos censitários de 2001 e 2011. O Noroeste continua a alimentar-se principalmente do crescimento natural (Figura 6.2), enquanto a região de Lisboa e o Algarve mostram-se particularmente atrativos, concentrando grande parte do crescimento migratório do país (Figura 6.3). Ultimamente, a Área Metropolitana do Porto tem mostrado também alguma força atrativa (Marques et al., 2016c).

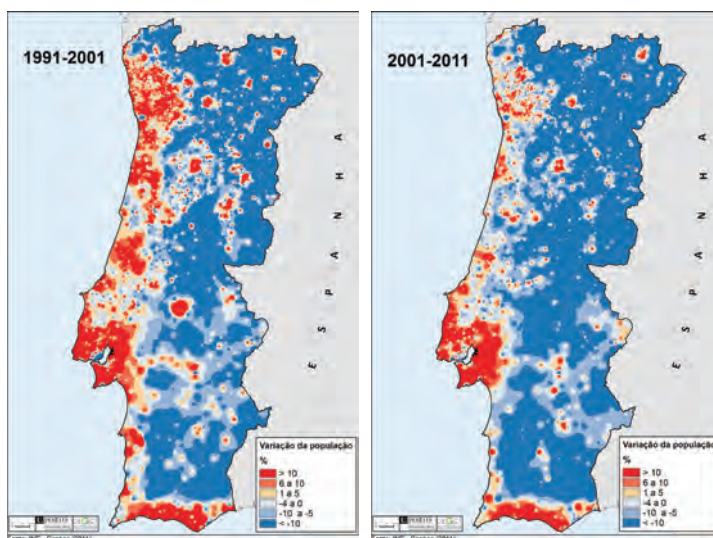
Nesta evolução, os crescimentos naturais negativos refletem, por um lado, a forte quebra da natalidade e da fecundidade, e por outro, o aumento da esperança de vida, concorrendo para um rápido envelhecimento da população. O índice sintético de fecundidade (Figura 4.2) desce abaixo dos níveis necessários para a reposição das gerações, isto é, 2,1 filhos por mulher. Em 1960, a média nacional estava nos 3,2 filhos por mulher, enquanto em 2018 passa para 1,4 (situando-se a média da União Europeia em 1,6 filhos por mulher, em 2017).

Portugal tem uma das taxas de fecundidade mais baixas da União Europeia e não atinge ainda os níveis mínimos de renovação da população.

As mulheres em idade fértil (15-49 anos) foram-se concentrando nas duas regiões metropolitanas, ficando uma grande extensão do país, incluindo a grande maioria das cidades médias, em 2011, com valores acentuadamente reduzidos, comprometendo o ciclo reprodutivo e colocando os territórios de menor densidade populacional numa situação de acentuada vulnerabilidade demográfica.

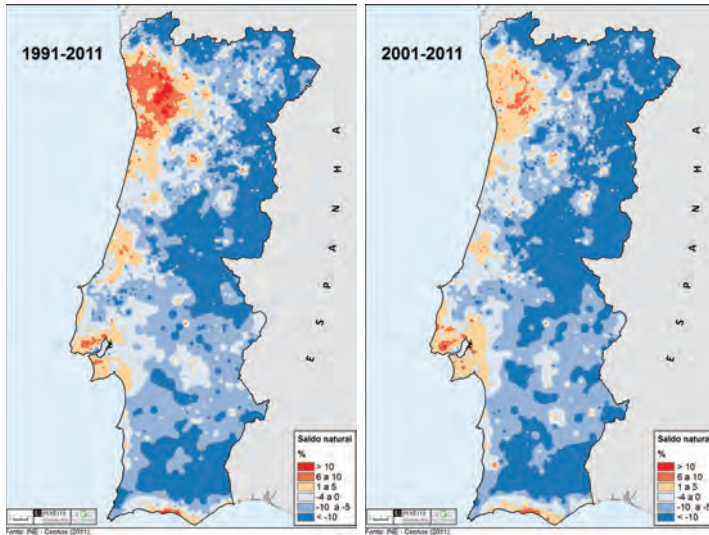
FIGURA 6 – Dinâmicas da população, por freguesia, entre 1991-2001 e 2001-2011.

Figura 6.1 – Variação da população residente



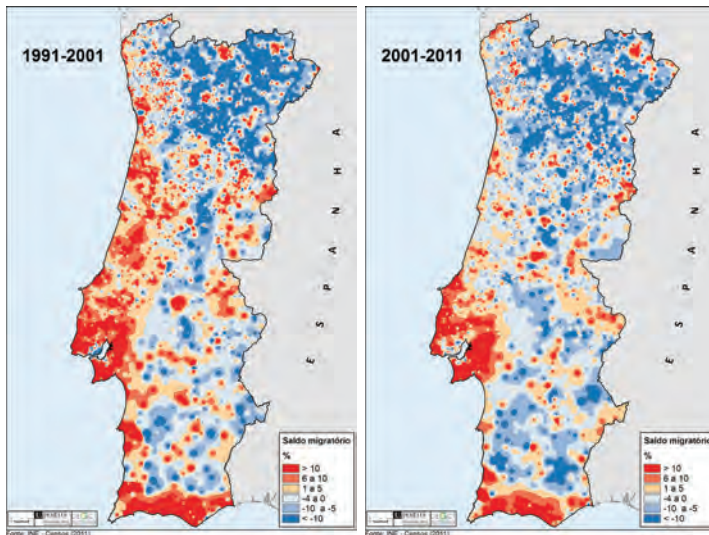
Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População.

Figura 6.2 – Crescimento natural



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População e Estatísticas de Nados-Vivos e de Óbitos.

Figura 6.3 – Saldo migratório



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População e Estimativas Anuais da População Residente.

As dinâmicas negativas registadas não serão facilmente invertidas, particularmente porque foram perdas continuadas ao longo de várias décadas sucessivas, em áreas sem grande capacidade de atração e manutenção residencial, que insistentemente perderam população sobretudo nos grupos em idade ativa e fértil. Simultaneamente, os que ficam vão envelhecendo, o que coloca novas questões de ordem social, familiar e de saúde, mas também novos desafios às políticas públicas. Estas alterações refletem-se nas estruturas familiares, marcadas por famílias cada vez mais pequenas e pelo aumento de famílias fora do padrão tradicional (constituídas por núcleos conjugais, núcleos monoparentais, núcleos recompostos ou de composição informal). Novos padrões de comportamento e de modos de vida explicam em parte a evolução e sucedem a par da mobilidade interna dos indivíduos do interior para o litoral e para os centros urbanos (Nazareth, 1998; Gaspar, 1987; Ferrão, 2005).

A evolução do sistema de povoamento é concomitante com as dinâmicas demográficas e apresenta, como pano de fundo, duas tendências recorrentes e simultâneas: urbanização extensiva de uns territórios e despovoamento de outras vastas áreas. Em 2011, mais de 72% da população residente concentrava-se em freguesias com características predominantemente urbanas. Assim, as dinâmicas populacionais das últimas décadas originaram, por um lado, um modelo de povoamento urbano denso que se estende entre Setúbal e Viana do Castelo e por todo o litoral Algarvio, e por outro, um extenso território de baixa densidade onde vão emergindo pequenos centros urbanos (Figura 2).

Ao analisar com precisão os crescimentos naturais e os migratórios, verifica-se que existem territórios que resistem, que mostram uma dinâmica local que contraria as grandes tendências e as transformações impostas pelos processos de urbanização e de terciarização contemporâneos. Nos territórios de baixa densidade, as cidades e alguns pequenos centros urbanos (Figura 6.3) apresentam capacidade de resistência e atração (saldos migratórios positivos).

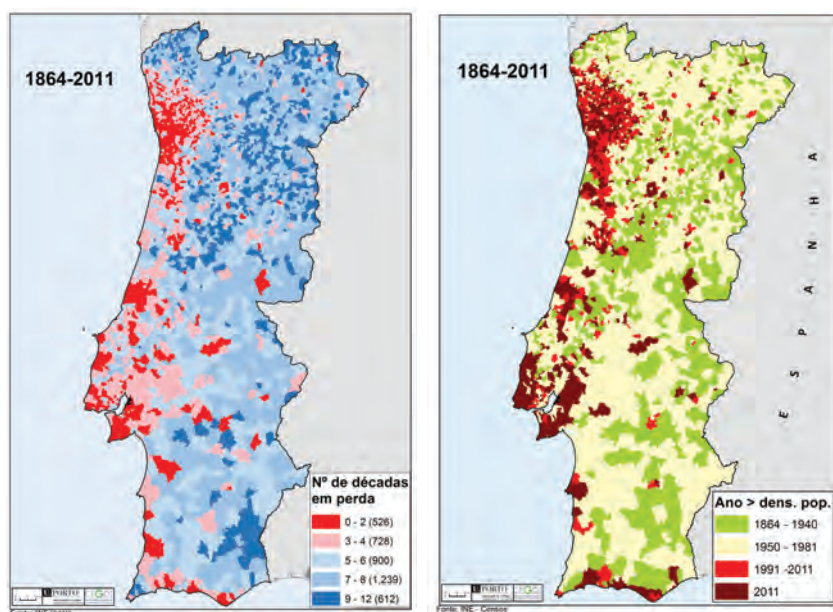
Reflexões finais

A grande instabilidade demográfica das últimas décadas induziu alterações expressivas na dimensão e organização da população residente em Portugal. Assim, enquanto algumas regiões revelaram uma sistemática e forte capacidade de atração e de crescimento populacional, outras sofreram uma acentuada e continuada diminuição da população, o que se traduziu numa alteração muito sensível da estrutura de distribuição da população no território nacional. Aos sucessivos máximos censitários de densidade populacional nos dois arcos metropolitanos foi-se opondo as décadas em perda de densidade populacional numa cada vez maior extensão do território nacional (Figura 7).

As mutações foram constantes na organização territorial e vão deixando marcas nas perceções coletivas da evolução dos processos. Mas isto também significa que as comunidades e os poderes políticos e económicos vão traçando e fazendo opções com grandes impactos nos territórios. No final, os territórios são “*layers*” sobrepostos e interrelacionados de diferentes realidades, algumas vão-se apagando e outras vão dominando, através de processos continuados de articulações e integrações ou fragmentações e exclusões. Portanto, algumas mutações vão-se impondo, outras vão ficando para trás, deixando mais ou menos heranças ou permanências, outras vão emergindo.

A fraca densidade (Figura 2) não significa necessariamente abandono e despovoamento, pois a fraca densidade foi sempre uma característica da ocupação de determinadas áreas geográficas, nomeadamente das zonas de montanha. Mesmo assim, em Portugal vastos territórios testemunharam processos intensivos e insistentes de despovoamento ao longo de décadas (Figuras 3 e 7). As dinâmicas negativas registadas nas últimas décadas na maioria do território nacional não serão facilmente invertidas, particularmente porque se trata de quebras continuadas, em décadas sucessivas, em áreas fragilizadas (Figura 7). São perdas insistentes, com reflexos nos grupos de idade ativa e fértil, e num aprofundamento do envelhecimento. Tudo isto coloca questões específicas de ordem social, familiar, de saúde e apoio da segurança social.

Figura 7 – Número de décadas em perda de população residente, por freguesia e ano em que cada freguesia registou o valor mais elevado de densidade populacional, entre 1864 e 2011.



Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques *et al.*; fonte dos dados: INE, Censos da População.

Sendo estrutural, o retrato demográfico do país mostra uma realidade inquietante. Será que coletivamente e conscientemente Portugal optou por construir um modelo territorial unipolar ou em alguns domínios bipolar? Se observarmos as dinâmicas demográficas até 1950, as evoluções da mortalidade e da natalidade não mudaram significativamente o modelo territorial, como demonstra a evolução das densidades populacionais (Figura 2). É a partir de 1950 que as transformações territoriais se agudizam. Os processos de industrialização e de urbanização e aglomeração têm vindo a concentrar-se e as opções infraestruturais privilegiaram prioritariamente alguns territórios. O fraco desenvolvimento económico de parte do território do país repercutiu-se nos fortes movimentos migratórios internos (êxodo rural) e para o exterior.

Se não for este o modelo de organização territorial pretendido é urgente tomar decisões que o contrariem. Torna-se essencial a criação de condições para atrair emprego e qualificar os serviços de educação, saúde e apoio social nos municípios em regressão, aprofundando as políticas de incentivo à natalidade, estimulando-se o retorno de jovens emigrantes e promovendo a imigração. Isto porque, as questões relacionadas com as dinâmicas sociodemográficas constituem uma questão essencial para as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território do país.

Nos diferentes contextos de maior ou menor densidade existe uma diversidade de recursos e modos de vida, mas também de perceções e aspirações relativamente aos territórios onde se vive (permanentemente ou temporariamente), se nasceu ou se visitou.

Entre 1950 e meados dos anos 90, criou-se um distanciamento entre os sistemas urbanos e os espaços não integrados nas dinâmicas urbanas e económicas (dominantemente rurais). Esta dualização litoral-interior, nas últimas décadas acentuou-se e progrediu para um modelo uni ou bipolar. Isto significa que não se apoiaram e incentivaram trajetórias proativas e de resiliência territorial integradoras e criadoras de múltiplas dinâmicas de desenvolvimento. Não contrariar esta trajetória é comprometer o crescimento e a coesão territorial, pois desperdiça-se recursos e não se constroem trajetórias inclusivas.

Isto significa, também, que um discurso social e político centrado só na alta e baixa densidade é dualista e simplista, face às transformações estruturais construídas no passado e as necessidades de ativar diferentes domínios e escalas territoriais. Em matéria de desenvolvimento, o crescimento e a convergência são objetivos que têm de se articular e complementar.

Referências bibliográficas

- Baganha, J. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Bandeira, M. (1996). Teorias da população e modernidade: o caso português, *Análise Social*, vol. XXXI (135), (1.º), pp. 7-43.

- Bandeira, M. (coord.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cravidaó, F. (1995). A população portuguesa no final do séc. XX – Que políticas demo-espaciais para o território Nacional. In *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia “A Península Ibérica – um espaço em mutação”*, vol. I. Publicações da Universidade do Porto, (pp. 580-588).
- DGT. (2018a). *PNPOT | Alteração. Diagnóstico. Proposta técnica de alteração do PNPOT. 20/07/2018*. Lisboa: Direção Geral do Território.
- Evangelista, J. (1971). *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos.
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas Demográficas: Uma Visão Panorâmica. In: C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 2, (pp. 50-71). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gaspar, J. (1987). *Portugal nos próximos 20 anos: A Ocupação e a Organização do Território – análise retrospectiva e tendências evolutivas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kirk, D. (1996). Demographic Transition Theory. *Population Studies*, 50 (3), pp.361-387.
- Lesthaeghe, R. & Van de Kaa, D. J. (1986). Twee Demografische Transitie? In R. Lesthaeghe & D. J., Van de Kaa (eds.). *Bevolking: groei en krimp* (pp. 9-24). Deventer: Van Loghum Slaterus.
- Lesthaeghe, R. (2010). The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. *Population and Development Review*, Vol. 36 (2), pp. 211-251, doi (10.1111/j.1728-4457.2010.00328).
- Lesthaeghe, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. *PNAS*, 111 (51), pp. 18112-18115. doi (<https://doi.org/10.1073/pnas.1420441111>)
- Lutz, W. & Skirbekk, V. (2008). Low fertility in Europe in a global demographic context. In J., Tremmel (ed.). *Demographic Change and Intergenerational Justice, The Implementation of Long-Term Thinking in the Political Decision Making Process* (pp. 3-19). London: Springer.
- Malheiros, J (2005). Migrações. In: C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 2, (pp. 87-125). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Marques, T. S. & Queiroz, J. P. (coord.) (2019). *A evolução demográfica e implicações no mercado de trabalho transfronteiriço*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Marques, T. S. (2005). *Portugal na Transição do Século*. Porto: Afrontamento.
- Marques, T. S.; Maia, C. & Ribeiro, D. (2016a). População, atividades e emprego. In J. Ribeiro; F. Moura; J. Chorincas (coord.) *Portugal no Centro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, T. S.; Maia, C.; Ribeiro, D. & Santos, H. (2016b). A demografia na construção de uma visão temporal e territorial de Portugal. In: M, Mendes *et al.* (orgs.) *Livro de atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa.
- Marques, T. S.; Ribeiro, D.; Maia, C. & Santos, H. (2016c). Nascer é envelhecer: uma perspetiva demográfica evolutiva e territorial na construção do futuro de Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, pp. 207-231, doi (<dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.010>).
- Mitchell, B. R. (1998). *International Historical Statistics: Europe 1750-1993* (4th Ed.). London: Macmillan Reference Ltd.
- Moreira, M. & Rodrigues, T. (2008). As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo. *População e Prospetiva. Working paper*.
- Nazareth, J. M. (1977). Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70). *Análise Social*, XXIII (52), pp. 901-982.

- Nazareth, J. M. (1985). A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação. *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 963-980.
- Nazareth, J. M. (1998). *Portugal. Os próximos 20 anos III – Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Notestein, F.W. (1945). Population: the long view. In: TW, Schultz (ed). *Food for the world*. (pp.36-57). Chicago: University of Chicago Press.
- Peixoto, J. et al. (orgs.) (2016). *Retorno ao futuro: a nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Pires, R.P. (coord.) (2010). Portugal: Atlas das Migrações Internacionais. Lisboa: Tinta da China.
- Reis, José (2019). “O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desenvolvimento do país”, in Ana Cordeiro Santos (org.), *A nova questão da habitação em Portugal: uma abordagem de economia política*. Lisboa: Actual.
- Ribeiro, O. (1986) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, (4ª edição).
- Ribeiro, O.; Lautensach, H. & Daveau, S. (1989). *Geografia de Portugal. III. O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Rodrigues, M. (coord.) (2009). *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: CEPESE/ Afrontamento.
- Rodrigues, T. (2010). A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade. *População e Sociedade*, vol. 18, pp. 21-41.
- Rodrigues, T. (coord.) (2008). *História da População Portuguesa*. Porto: /CEPESE Afrontamento.
- Sousa, F. (1995). *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Valério, N. (coord.) (2001). *Estatísticas Históricas Portuguesas* (vol. I). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Van de Kaa, D. J. (1987). Europe’s Second Demographic Transition. *Population Bulletin*, 42 (1), The Population Reference Bureau, pp. 1-59.
- Van de Kaa, D. J. (1994). The Second Demographic Transition Revisited: Theories and Expectations, NIDI/CBGS PUBLICATION, 30, pp. 81-126.
- Van de Kaa, D. J. (2002). The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries. *Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security*, Tokyo. Disponível em: http://websv.ipss.go.jp/webj-ad/WebJournal.files/population/2003_4/Kaa.pdf.